

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N° 156 - Março de 1979

EDITORIAL

Lutar contra a guerra, que é evitável mas não impossível

Um exame dos conflitos militares que tiveram lugar nos últimos anos — e que estão em curso, de forma larvar ou aberta, neste momento — revela indícios preocupantes de evolução da situação mundial. As guerras localizadas entre estados se contam às dezenas e o ritmo de sua deflagração parece ter-se acelerado.

A ampliação do número de conflitos, a extensão da área geográfica que eles abrangem (a África praticamente inteira, por exemplo) e sua interligação no tabuleiro da política internacional são ameaças à paz e golpes desfechados contra a política de distensão e coexistência pacífica. A verdade é que a política de distensão, que continua a se impor no mundo, mas não é irreversível, enfrenta sérias provas. Como os equilíbrios são extremamente delicados e o imperialismo está ainda longe de aceitar a inevitabilidade dessa política, têm sido frequentes os momentos em que as situações bélicas arranham a fronteira da grande guerra.

Foi certamente a constatação deste fato que levou um amplo leque de forças, no mundo inteiro, a acompanhar com angústia o desenrolar da inqualificável agressão chinesa ao Vietnã, e a olhar na direção de Moscou, interrogando-se acerca da reação do governo soviético. Naquele momento tenso de meados de fevereiro, porta-vozes dos setores mais inteligentes da burguesia — aqueles que se preocupam com a paz — viram-se compelidos a condenar a criminosa irresponsabilidade da política do Departamento de Estado norte-americano que consiste em «jogar» com a delirante obsessão antisoviética do governo chinês.

Nos dias seguintes, os mesmos círculos não deixaram de manifestar seu alívio diante da posição soviética, ao mesmo tempo firme e serena (firmeza e serenidade igualmente indispensáveis à defesa da paz; não é difícil imaginar a catástrofe em que estaríamos afundados hoje se o governo soviético não tivesse deixado claro aos guerreiros modernos de Pequim e Washington que a entrada de tropas chinesas em Hanói seria algo de absolutamente inadmissível).

Passados os momentos mais carregados de risco de um confronto em escala ilimitada, encontramos os mesmos setores aplicando sua inteligência de outra maneira, consentânea com seus interesses, e especulando

com a «fraqueza» que, insinuava-se nas entrelinhas, havia demonstrado a União Soviética, por não ter feito qualquer coisa de «mais radical» em defesa do Vietnã... Não há porque se surpreender: a distensão mundial será tudo — militar, política, diplomática, econômica, científica, cultural etc. —, menos ideológica. A luta de classes no plano ideológico é hoje uma guerra sem quartel, guerra na qual o imperialismo dispõe de um arsenal maciço e refinado.

Para que a guerra de agressão chinesa não tivesse se transformado, mês passado, num conflito em escala planetária, três fatores foram decisivos: a resistência corajosa e eficiente do povo vietnamita e o poderio militar dos países socialistas, fatores objetivos, e a influência das forças da paz no mundo, fator subjetivo. Evidentemente, não propomos que, para diminuir os riscos de guerra, seja aumentado o poderio militar socialista. O que é necessário é que cresça o movimento — dos povos, entidades, governos — em favor da paz, da distensão e da coexistência pacífica, crescimento que, em última análise, será a única coisa capaz de levar à cessação da corrida armamentista e ao início de um processo efetivo de desarmamento.

O Brasil está menos distante desses problemas do que se pode imaginar à primeira vista. Primeiro, porque a tensão militar é um prejuízo constante para todos os povos do mundo. Segundo, porque o avanço da distensão e da coexistência pacífica favorece nossa luta pela democracia. Terceiro, porque uma guerra mundial, hoje, não pouparia região alguma do mundo. Além disso, nosso país já pertence, por seu território, sua população e suas potencialidades em todos os terrenos, ao pelotão das nações mais importantes do mundo. Cada vez mais, ele «conta» no cenário internacional.

Cada vez mais, portanto, a tarefa da luta pela paz, tarefa atualíssima de todos os democratas, assume no Brasil uma feição específica concreta, que é a de tudo fazer para que a política externa brasileira seja uma política de paz, de distensão e de coexistência pacífica. É o mínimo que se pode exigir agora, enquanto vamos avançando em direção ao estabelecimento de um governo que exerça, mais do que isto, uma política ativa em favor do desarmamento.

57 anos de lutas de nosso Partido

(pág. 5)

Situação nova perturba planos da ditadura

(pág. 3)

Enfrentar a agressividade da China

(pág. 7)

Lições das lutas e manifestações operárias

(pág. 4)

Anistia geral e irrestrita, condição da democracia

(pág. 2)

Anistia geral e irrestrita

Em seu número 547 (28-2-79), a revista *Veja* publica um pequeno editorial capcioso que é o modelo do que se deve combater na luta pela anistia.

«Por iniciativa do governo, começa *Veja*, a primeira questão política a ser resolvida neste ano é a da anistia». Quando cinismo! A ditadura jamais tomou a iniciativa de falar em anistia. Se, agora, quer transformar a medida — tornada incontornável pela pressão do movimento democrático — em objeto de barganha, é para usá-la em manobras espúrias, com espúrias intenções de dividir a oposição.

Ficamos sabendo que há «...adversários ideológicos do regime simplesmente perseguidos nos tempos do arbítrio» (o grifo é nosso) e que, portanto, segundo *Veja*, os tempos do arbítrio pertencem ao passado. Não é a primeira nem será a última vez que o semanário tenta fazer passar esta ideia. Mas não vai conseguir driblar a consciência dos democratas com seus pequenos contrabandos confusionistas.

Veja mostra mais uma vez de que lado está quando diz, em seguida, que «os adversários políticos devem ser perdoados» (grifo nosso). E quando tenta estabelecer uma distinção arbitrária entre «crimes» políticos e «delitos precisos, crimes iguais aos que levaram centenas, milhares de cidadãos a lotar as penitenciárias do país», distinção que o deputado Freitas Nobre, líder do MDB na Câmara, tão corretamente condena no mesmo número do semanário, páginas antes.

Mas, deixemos *Veja* de lado. Felizmente, a nação não é obrigada a seguir o que prescreve a revista.

Sim, a anistia é uma questão política (e não um «gesto», mas uma conquista). E é por isso mesmo que ela não pode ser parcial e restrita. Anistia restrita é algo que casa com democracia relativa. Ninguém duvida que o General Figueiredo queira «conceder» uma anistia discriminatória. Mas, também, esperamos que não haja dúvidas quanto ao fato de que ele é adepto da democracia relativa e está aí para comandar a luta pela sobrevivência do regime.

A anistia geral e irrestrita é uma pré-condição para que se possa falar em democracia no país e, como tal, interessa a todos os que não estão interessados na sobrevivência da ditadura, recauchutada ou não. Assim como a convocação da Constituinte é o caminho para substituí-la por um regime democrático. Quem não as quer tem medo da democracia.

A grande maioria das forças oposicionistas — inclusive a direção do MDB — tem realçado seu apego a estes dois pontos decisivos, e isto é bom. O novo ditador poderá decretar uma anistia parcial e discriminatória muito em breve. Mas, se a frente das forças partidárias da verdadeira anistia — e da democracia sem adjetivos — se ampliar, poderá crescer no país o grande movimento, unitário e vigoroso, que obrigará o poder a recuar mais ainda e ceder, curvando-se à vontade da maioria dos cidadãos e aos legítimos interesses nacionais. Que, neste caso como em outros, podem ter no Congresso um canal eficaz de expressão.



Quem fala pelos militares?

«O Exército é um instrumento de guerra e o que ele faz como ação cívico-social — estradas, ferrovias, pontes etc. — são ocupações secundárias, não constituem o seu objetivo principal, embora muita gente pense isso».

«Ora, então quando o Exército entra numa guerra como esta (a «guerra contra a subversão», NDR), todo mundo fica espantado, mas a função do Exército é essa mesma, é zelar pela segurança e a defesa do país e fazer a guerra quando necessário».

Essas declarações de «um coronel» (por que, se está tão seguro do que sentença, o personagem não se identifica?) ao semanário *ISTOÉ* e outras do mesmo teor, inclusive ameaças de «derrubar o governo» caso o parlamento queira investigar a notória participação de militares na tortura, dão a impressão de que as Forças Armadas continuam se guiando estritamente pelas mesmas concepções que reinaram durante a maior parte do já longo período ditatorial, como se nada tivesse acontecido, como se nada tivesse mudado.

Há outros indícios que concorrem para produzir a mesma impressão. Sem esquecer do discurso pronunciado por Figueiredo diante de seus colegas de farda, num sítio de Jacarepaguá, subúrbio carioca, depois de ter sido designado por Geisel para o posto de Presidente, vejamos os mais recentes, como a atitude do Ministro do Exército face à reportagem de *Veja* sobre a tortura (que, embora revelando a um grande público fatos tão graves e importantes, deu a falsa impressão de que, neste terreno, tudo está resolvido); o discurso do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Andrade Serpa, na ESG, pregando a continuação do «combate contra a subversão e a corrupção» (esta história de «combate à subversão» assusta o povo, mas a cantilena do «combate à corrupção» não assusta nenhum corrupto importante); a recusa dos membros do Superior Tribunal Militar a eleger o candidato natural para sua presidência, General Rodrigo Otávio, etc.

É verdade, então, que «os militares» estão contra a «abertura», isto é, que o conjunto

dos militares considera que o «sistema» não deve recuar e fazer concessões sob a pressão dos reclamos da opinião pública (traduzidos nas urnas) e do crescimento do movimento popular e democrático? Não é bem assim.

Sem pretender esboçar aqui um panorama da situação política no seio das Forças Armadas, chamamos a atenção para três problemas:

1) se o poder repressivo da ditadura está neste momento limitado pelo crescimento do movimento de resistência democrática e se o manto da opressão vai sendo removido, aos poucos, em tantos setores da vida nacional, é preciso ver que, dentro da instituição militar, o processo de democratização se faz por caminhos mais tortuosos e muito mais lentamente.

2) Quem está falando «pelos militares» não representa, conseqüentemente, o pensamento da maioria dos militares, mas das correntes mais reacionárias e dos grupos mais comprometidos com o fascismo. Tomando a iniciativa de reagir violentamente a episódios mais que naturais numa situação como a que vivemos hoje, pretendem dar a impressão de que detêm o monopólio da opinião política dos militares e de que traduzem o sentimento dominante.

3) O fato de militares de pendor fascista estarem insistindo na validade da doutrina de segurança nacional que marcou o apogeu da ditadura mostra que ainda não foi produzida uma nova doutrina de segurança nacional, menos distante dos objetivos de defesa da soberania nacional e respeito à soberania popular.

Comenta-se que raras vezes, desde 1964, a composição do Alto Comando das Forças Armadas terá sido tão reacionária como agora. Pois bem: seja qual for sua composição, o certo é que o Alto Comando não poderá ignorar o que está acontecendo no país e se enterrar na casamata da guerra contra o «inimigo interno», que acaba sendo o próprio povo. A menos que pretenda empreender uma cruzada pela volta ao estado de coisas de alguns anos atrás.

Na posse do novo ditador, unidade e ampliação das lutas populares

O General Figueiredo toma posse num quadro pouco propício à celebração de contentamento governamental. Com segurança e determinação, os anseios de nosso povo a uma vida melhor se exprimem por toda parte, determinando uma correlação de forças contrária à ditadura.

A greve dos metalúrgicos de São Paulo confere relevo e um elemento decisivo da correlação de forças: a afirmação da classe operária como protagonista indescartável da vida política nacional.

Segundo a ótica policialesca com que as pessoas de direita encaram a vida social, greves e reivindicações são sinônimo de baderna, excrescências na ordem natural das coisas. A última mensagem de Geisel ao Congresso não nos deixa mentir. Depois de algumas malandragens estatísticas de fôlego curto e de omissões significativas sobre sua obra de constitucionalista, o carrancudo general passou um último pito à nação. Manifesta «justas apreensões quanto à ordem pública e à estabilidade política» induzidas por «possíveis excessos» de democracia. E prescreve, para essa eventualidade, tratamento forte sob o amparo legal das salvaguardas.

Na verdade, não faltam ao general e ao sucessor motivos para «apreensões». É que as «apreensões» da maioria do povo de que a política de um se perpetuasse nas orientações do outro se transformaram rapidamente em certezas cruelmente sentidas. Por isso, o caminho da unidade e da luta vai-se impondo com a evidência do bom-senso.

O benefício da dúvida de que dispunha o General Figueiredo junto a setores da opinião pública esvaiu-se depressa. A permanência de Simonsen no controle das finanças é de molde a estimular a intransigência do patronato nas negociações salariais. A orientação monetarista da «nova» estratégia de combate à inflação traz consigo ameaças de recessão e desemprego. Os chamados impostos-calamidade acrescentam novas calamidades ao precário orçamento dos trabalhadores. Depois da compra da Light, a privatização dos ramos mais rentáveis do setor público propiciará novos negócios da China às multinacionais. O fim da lei dos similares nacionais confirma a subserviência da ditadura aos interesses imperialistas. Quanto à agricultura, registre-se a recente declaração do Secretário da Fazenda de São Paulo, Sr. A.F. Pastore,

um desses rapazes inteligentes que prosperaram à sombra de Delfim. Mais explícito que seu mestre, o Secretário confirma: força total à agricultura de exportação.

Tamanha obstinação no erro, no que toca às grandes orientações econômicas, poderia ser acompanhada de grandes renovações políticas? Não nos iludamos. No campo político-institucional, os primeiros movimentos do governo deixam transparecer uma orientação bem definida. Tratam de conter o processo de democratização em curso no país. Fazem por conduzi-lo para os canais estritos de uma ordem jurídico-política em que as parcelas de soberania popular preservadas ou reconquistadas sejam permanentemente contrariadas por instituições antidemocráticas e aparelhos repressivos. E assim que pretendem perpetuar o controle exclusivo dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros sobre os mecanismos essenciais da sociedade. Nesse sentido, há uma linha de coerência nos projetos políticos do governo, da anistia parcial à emenda Gastão Muller, da prorrogação dos mandatos ao voto distrital, das tentativas de divisão do MDB às veleidades de renovação da ARENA. Sem falar na sempre reiterada ameaça daquilo que se designa como «reação dos setores sensíveis do sistema», denominação tão vaga quanto tenebrosa.

Acontece que o governo Figueiredo não existe no que seria para ele o melhor dos mundos. Uma outra linha de interpretação dos seus movimentos iniciais, que não contradiz a enunciada acima, mostraria que eles constituem quase que ponto por ponto manobras defensivas diante de iniciativas das forças democráticas no Congresso e fora dele.

As forças democráticas se batem para conservar e ampliar os espaços conquistados. Por espaços, nesse sentido, entendemos direitos, franquias e prerrogativas em todos os domínios, na vida política, cultural e sindical, com base nos quais se estrutura e se expande o movimento de massas. O resultado das eleições representa um grande estímulo para um avanço das lutas democráticas. No Congresso, multiplicam-se as propostas concretas que poderão dar vida a um bloco parlamentar democrático. Seu ponto de partida é a anistia, seu horizonte a convocação da Constituinte, sua orientação geral o programa do MDB. O sucesso dessas iniciativas depende em larga medida da pressão popular. A anistia geral e irre-

strita decretada pelo Congresso é desde já uma reivindicação de um amplo movimento de massas, em que confluem forças políticas e sociais as mais variadas. O projeto de restabelecimento da eleição direta dos prefeitos das capitais poderá encontrar grande ressonância popular. Ele coloca na ordem do dia um dos problemas mais cruciais do Brasil moderno, a gestão democrática das grandes cidades, interessando de perto a todo o tecido associativo que aí se criou.

Fora do Congresso, mas num diapás afiado com seus setores mais democráticos, são inúmeros os sintomas de rejeição da política e das instituições da ditadura. A greve dos metalúrgicos de São Paulo não é um fato isolado no mundo do trabalho. Outras paralisações de menor vulto a antecederam. Além disso, greves de grandes dimensões em setores de difícil mobilização — como a dos professores cariocas — mostram a disposição nova de importantes camadas de assalariados urbanos.

O contexto mais geral das greves operárias, por seu turno, é o de um movimento sindical em que avulta a preocupação com a unidade e o reforçamento dos sindicatos através de campanhas capazes de mobilizar grandes massas de trabalhadores. A orientação delphiniana para a agricultura não deixará de provocar reações populares. A Federação dos Trabalhadores Agrícolas de São Paulo já anuncia o enterro simbólico do Furrural e o lançamento de uma campanha pela Reforma Agrária. A luta pelo renascimento da UNE, ligada ao repúdio do ensino pago nas escolas oficiais, mobiliza grandes contingentes de universitários. Não se pode explicar a querela Portela-Portela fora da luta cotidiana dos intelectuais e da imprensa contra a censura. O 1º Congresso da Mulher Paulista, resultado de esforços unitários de várias entidades consagradas à emancipação da mulher, é um marco importante no nosso movimento feminino.

Este elenco de frentes de luta, enumerado de forma evidentemente não exaustiva, tende a ampliar-se nos próximos meses. Está-se vendo que estas frentes exigem instrumentos adequados à natureza particular de cada uma, em consonância com seus objetivos e conteúdos de classe específicos. Nesse sentido, não podemos concordar com alguns democratas que atribuem ao MDB a responsabilidade de conduzi-las e de organizá-las todas, e que, como isso não acontece, queixam-se amargamente.

A resistência do nosso povo demonstra, na diversidade de suas formas e na tenacidade de sua convergência política, ter condições de enfrentar com êxito os projetos da ditadura.

Novas e velhas lições da prática da luta sindical

O movimento sindical brasileiro está vivendo um período de crescente atividade política e de importantes lutas econômicas. As reiteradas exigências de democratização do país e de liberdade sindical, apresentadas por suas lideranças mais expressivas, e a série de greves realizadas a partir de maio do ano passado, elevaram o movimento a um nível de ação não alcançado desde 1964 e o recolocaram no primeiro plano da vida política nacional.

É um fato auspicioso que o enfrentamento da ditadura pelo movimento sindical venha tendo lugar não apenas na área da classe operária, mas igualmente na de importantes setores das camadas médias assalariadas, como os de médicos e professores. Isso testemunha a existência de uma desenvolvida contradição entre o regime militar-fascista e amplos segmentos não proletários de nossa população, assim como de uma significativa aproximação, nas reivindicações econômicas e políticas e nas formas de luta, entre esses segmentos e a classe operária.

Não restam dúvidas de que são conquistas de alcance histórico as alcançadas pelo movimento sindical brasileiro nestes últimos meses. Elas representaram um golpe vigoroso no sistema de leis e instrumentos repressivos montados pela ditadura para subjugar os trabalhadores, e constituíram um dos principais fatores da nova situação política que se criou no país no decorrer do ano passado.

Tais êxitos não devem, no entanto, induzir o movimento sindical a pensar que governo e empregadores assistem a tudo isso de braços cruzados. Ao contrário, eles perseveram na busca de formas e meios de desfechar golpes contra os trabalhadores e seus sindicatos mais combativos, e nesse sentido o perigo maior está no esforço que fazem para dividir as categorias em luta e lançar contra os grevistas parcelas substanciais da população.

A condução vitoriosa dos futuros movimentos reivindicatórios da classe operária e das camadas médias assalariadas vai depender, por isso, em larga medida, da capacidade que seus sindicatos tiverem de resolver estes dois problemas cruciais: o da unidade das categorias em luta e o do apoio popular e político a suas reivindicações e suas formas de luta.

Neste sentido, será muito útil que os trabalhadores e suas lideranças estudem e levem em conta as ricas experiências passadas e atuais das lutas de

nosso movimento sindical. Destacamos a seguir algumas que nos parecem de interesse maior para os dias que correm.

Uma delas é a da necessidade de unidade de propósitos e de ação da categoria em luta, sobretudo quando se tratar de greve. A experiência ensina que, diante de uma luta desse nível, e mais ainda quando ela envolve um contingente numeroso de trabalhadores, a arma principal dos patrões e do governo é a divisão dos grevistas. Para alcançar esse alvo, eles empregam recursos variados, que vão desde as ameaças e práticas efetivas de repressão até o atendimento parcial das reivindicações, para afastar da luta os contingentes menos combativos e isolar e bater os mais combativos. A experiência ensina que às lideranças sindicais é necessário não só lutarem com todas as forças para impedir a divisão, como ainda, se a divisão sobreveio, saberem estabelecer os limites até onde os contingentes mais combativos estão em condições de avançar ou resistir, sem o perigo de serem batidos isoladamente. Uma boa direção sindical deve ser capaz de desenvolver um grande trabalho de propaganda, organização e condução de uma combativa greve de seu setor, mas deve ser capaz igualmente de manter seus liderados a salvo de uma derrota evitável.

Outra experiência é a de que não são apenas as greves a forma de luta a considerar em um período de ascensão da combatividade das massas. É sabido que, mesmo em tais períodos, não é toda a classe operária e, menos ainda, todos os setores das camadas médias assalariadas que alcançam um nível de combatividade e de organização que permita utilizar a greve declarada como forma de pressão contra a intransigência patronal e governamental. Mas nem por isso devem esses contingentes mais atrasados ficar à margem da luta dos mais avançados. Eles podem e devem ser mobilizados para formas de luta mais elementares, que lhes servirão de treinamento para as formas mais altas e constituirão ainda uma importante ajuda à luta dos contingentes mais avançados.

Preocupação constante dos sindicatos deve ser a de explicar minuciosamente à população a justeza das reivindicações que levantam e da luta que desenvolvem, principalmente quando se tratar de greve. Uma das táticas sistematicamente utilizadas pelos patrões e pelo governo é a de jogar a

população contra os grevistas, alegando que estes exigem salários exorbitantes, que assim encarecem e desorganizam a produção, contribuindo para a inflação, e outras mentiras desse teor. Os sindicatos precisam desmascarar com números e fatos essa tática e assegurar a simpatia e a solidariedade popular à luta que desenvolvem.

Outra preocupação das lideranças sindicais deve ser a de assegurar um sólido apoio às lutas que dirigem, tanto na área sindical como fora dela. Fora da área sindical, esse apoio deve ser buscado principalmente no Parlamento, na imprensa, rádio e televisão, em instituições como a Igreja e a OAB, e em toda sorte de organizações de massas que defendem reivindicações populares.

Essas medidas para o fortalecimento da capacidade de luta do movimento sindical brasileiro se tornam agora tanto mais necessárias quanto se anuncia que o governo Figueiredo recorrerá a novas medidas de arrocho salarial a pretexto de combater o recrudescimento da inflação.

O sentido do 1º de Maio

A comemoração do dia internacional dos trabalhadores, o 1º de Maio, segue sendo uma jornada de lutas cujas formas variam de país e país. Em nosso país, os trabalhadores lutam por suas reivindicações específicas, sendo a de aumentos salariais a mais mobilizadora, articulando-as com crescentes exigências de liberdades democráticas e sindicais. Preparam-se para enfrentar duros combates diante do governo Figueiredo, que procura impor-lhes a continuidade da política econômica da ditadura, da qual o arrocho salarial é uma das peças fundamentais. Assim, continuarão contribuindo para a derrota desse regime e para o estabelecimento de um regime democrático.

Ao lutarmos nos marcos de nossas fronteiras nacionais, estamos atentos às lutas de nossos irmãos de outros países e aos novos problemas que delas emergem. Apoiamos as lutas de nossos companheiros dos países subdesenvolvidos que, como nós, procuram, em meio a árduas e intensas batalhas, conquistar a democracia e liquidar com o atraso, a miséria e as injustiças sociais. Somos solidários com as lutas de nossos irmãos dos países capitalistas desenvolvidos e saudamos os esforços dos trabalhadores dos países socialistas, onde já não mais existe a exploração do homem pelo homem, para superar as desigualdades oriundas do regime capitalista e desenvolver e aprofundar a democracia socialista. Manifestamos nossa confiança em que as mulheres e os homens do mundo do trabalho imporão novas derrotas ao imperialismo, conquistarão seus direitos e assegurarão a paz na terra, fazendo avançar a causa do socialismo.

PCB: 57 anos de desafios e os desafios do presente

O Partido Comunista Brasileiro está completando agora 57 anos. Mais de meio século de existência, num país onde o autoritarismo das classes dominantes foi sempre um freio e um obstáculo ao desenvolvimento dos partidos políticos, principalmente os democráticos. Por que, então, conseguiu o PCB resistir e sobreviver aos golpes e ataques que sobre ele se abateram no curso de todos os seus anos de vida? Isso foi possível porque o Partido Comunista não é um aglomerado político qualquer, um partido de circunstância, e sim uma organização de vanguarda de uma classe de vanguarda. Trata-se de um partido surgido no seio do movimento operário brasileiro. Foi criado por trabalhadores e intelectuais avançados, militantes e pioneiros do movimento operário brasileiro, companheiros que, num determinado momento da história de nosso país e do mundo, compreenderam que não bastava a luta gremial para libertar as massas da exploração e opressão do capital. Compreenderam que os trabalhadores tinham necessidade de possuir o seu partido político, um partido revolucionário que, no dia-a-dia e face a cada questão concreta, os orientasse no intrincado e nem sempre limpo terreno da luta de classes.

E tem sido esse o sentido da luta e a razão de ser do PCB. Tendo como objetivo programático a transformação socialista da sociedade brasileira, mas compreendendo o caminho histórico a ser percorrido para isto, os comunistas nunca pautaram sua ação por uma luta abstrata pelo futuro. Sem jamais desprezar a propaganda do socialismo, mas preocupados com a situação das massas trabalhadoras e do país, eles participaram ativamente, desde o momento da fundação do Partido, de todas as ações e lutas do proletariado. Defenderam sempre, e em todos os níveis, suas reivindicações, fossem elas políticas, econômicas ou sociais. Para que as lutas e ações reivindicatórias tivessem êxito, os comunistas se esforçaram constantemente para conseguir a unidade do movimento operário e evitar a sua divisão e enfraquecimento. A busca infatigável dessa unidade, tanto na ação política como no movimento sindical — ainda que muitas vezes perturbada por uma visão sectária ou doutrinária de direções ou militantes comunistas — foi sempre uma constante nas propostas e na atividade do PCB. Além disso, não houve uma só luta nacional ou democrática em nosso país que deixasse de ter, entre os combatentes de primeira linha, o partido dos comunistas brasileiros.

Os comunistas brasileiros comemoram o aniversário do seu Partido, neste ano de 1979, no mesmo momento em que se instala no Poder um novo governo da ditadura. Debilitado por anos e anos de resistência democrática, o regime perdeu muito de sua capacidade de iniciativa no terreno político e foi obrigado a um movimento real de recuo. Isto permitiu às forças democráticas e antiditatoriais ocupar espaços políticos importantes, a partir dos quais podem agora travar com mais desenvoltura a luta contra a ditadura. Criou-se, assim, no quadro da luta contra o regime de 1964, uma situação nova e mais favorável às forças da oposição antiditatorial.

Esta situação nova cria para o PCB e demais correntes antifascistas exigências mais amplas e complexas. As medidas anunciadas pelo governo Figueiredo para enfrentar as dificuldades em que vive o país configuram, a curto e médio prazos, uma política dura, política de austeridade para os trabalhadores e lesiva aos interesses nacionais, de um lado, e de apoio e incentivo aos monopólios, de outro lado. Política que se choca com a abertura gradual anunciada pelo novo general-presidente. Assim, a orientação pretendida pelo governo impelirá Figueiredo a continuar pelo caminho do autoritarismo e do arbítrio da ditadura. Não podemos deduzir daí que as conquistas da resistência democrática dos últimos meses serão fatalmente liquidadas. Nada disso. Elas poderão ser mantidas e ampliadas, desde que as forças da oposição sejam capazes, como foram até aqui, de se manterem unidas e conduzir com acerto, tanto nas bases como nas cúpulas, o combate pelas liberdades democráticas e pelo fim da ditadura. E desde que o novo governo se mune de uma política de molde a provocar tensões sociais, cabe às forças democráticas evitar a «estratégia da tensão», quer dizer, não devem provocar ou aceitar confrontos que elas não têm força para resolver a seu favor.

Ora, são grandes assim as responsabilidades para nosso Partido e para o conjunto das forças antiditatoriais. O crescimento da opinião pública antiditatorial e da oposição de massas ao regime é uma premissa segura para o avanço das forças democráticas, e possibilita diminuir progressivamente a área de «legitimidade» do governo de Figueiredo. E preciso porém deixar bem claro que, se é certo que o traço dominante da situação é o declínio da ditadura e o crescimento e convergência da oposição, isso não significa um caminho sem riscos para as forças democrá-

ticas. Sem perder de vista as contradições, sem desarmar o movimento oposicionista semeando ilusões excessivamente otimistas, os democratas — e, em particular, os comunistas — devem centrar seus esforços no sentido de desenvolver, através da permanente mobilização de massas, a tendência dominante, preparando-se para as tarefas que serão colocadas pela situação nova em que ingressou o país. A unidade das forças da oposição até aqui conseguida é fundamental para enfrentar com êxito tais tarefas.

Ao comemorar o aniversário do PCB, os comunistas brasileiros não podem deixar de reconhecer a situação difícil em que se encontra seu Partido do ponto de vista organizativo. A repressão dos anos 1974/75 atingiu seriamente a organização e a vida do Partido. Não obstante tal situação, os comunistas brasileiros não perderam a cabeça e, pouco a pouco, através da ação política, vão recuperando e recriando sua organização. Foi importante para isso o trabalho da direção, principalmente as indicações dadas pelo companheiro Prestes em sua Carta ao Partido, de agosto de 1977. No essencial, elas continuam válidas. Naturalmente, as condições em que atuam os comunistas mudaram para melhor. Mas há uma indicação da maior atualidade que deve ser aqui lembrada:

«Nestas condições, e partindo do princípio de que o trabalho de organização e reconstrução do Partido e o trabalho de massas são dois elementos indissolúvelmente ligados, é necessário destacar a importância que tem, nas condições atuais, a atividade dos comunistas tanto nos locais de trabalho como nas mais diversas organizações de massas. Por isso, o esforço de cada organização do Partido e de cada comunista deve ser orientado no sentido de buscar as formas de impulsionar as lutas populares em cada local e a cada momento, de transformar as lutas espontâneas em movimento organizado, de canalizar os diversos movimentos para a oposição ao regime fascista...»

Um papel decisivo nessa recuperação orgânica do PCB tem sido desempenhado pelos militantes comunistas, dando provas de perseverança e iniciativa.

O PCB, durante sua existência, teve naturalmente muitos acertos e erros. Existe, porém, uma coisa que é incontestável: sua fidelidade à classe operária e seu caráter nacional e popular. É uma necessidade histórica. Necessidade que foi reafirmada nestes 15 anos de ditadura, de uma parte, pela maneira como o regime atacou e tentou destruir o PCB, e, de outra, pela forma como os comunistas resistiram e enfrentaram tal ataque.

PC avança nas eleições espanholas

O processo de conquista da democracia na Espanha é acompanhado com interesse no mundo inteiro, seja pelos ensinamentos que dele se podem tirar, seja pela importância daquele país e de sua densa história neste século.

Voz Operária dirigiu-se ao Comitê Central do Partido Comunista da Espanha para oferecer aos seus leitores a visão dos comunistas espanhóis sobre as recentes eleições parlamentares e o problema da anistia, e realizou a entrevista que se segue com o camarada Manuel Azcarate, membro do Comitê Executivo do CC do PCE e responsável pelas relações internacionais.

V.O. - Como se inscrevem as eleições deste mês no processo de desmantelamento do franquismo e de construção da democracia? Que lições podem ser tiradas dos resultados eleitorais dos diferentes partidos políticos e, em especial, do PCE?

M.A. - A convocação das eleições respondia ao desejo da UCD (União do Centro Democrático), o partido do governo, de conquistar uma maioria absoluta que lhe permitisse realizar a colocação em prática da Constituição com uma orientação restritiva e conservadora.

Queriam assim pôr fim a um período no qual os partidos operários tinham conseguido, em relação a algumas questões — notadamente na elaboração da Constituição —, impor avanços democráticos importantes, como a definição das liberdades políticas, a descentralização do Estado, através de um projeto de autonomia regional, o estatuto dos trabal-

hadores, etc.

O PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), com uma política de vista curta e no intento de impor na Espanha um sistema bipartidário conforme ao modelo alemão, facilitou a ação do governo da UCD.

A UCD não conseguiu realizar seus objetivos nas eleições, embora conserve sua posição de primeiro partido. Por sua vez, o partido que pretendia abertamente um continuísmo do franquismo, a Coalizão Democrática, ficou desmantelado, e seu chefe, Fraga Iribarne, foi derrotado.

Na esquerda, o fato mais notável é que o PSOE pagou sua orientação social-democrata com a perda de 600 mil votos, enquanto que o PCE ganhou 300 mil. Encontramo-nos diante de uma perspectiva complexa e é real a ameaça de uma evolução da UCD em direção à direita.

Entretanto, a gravidade dos problemas econômicos, sobretudo do desemprego, a força alcançada pelas lutas operárias, o processo de estruturação das autonomias e, principalmente, as eleições municipais, que vão representar sem dúvida um novo avanço do PCE, permitem prever uma situação muito contraditória, cuja saída positiva seria, por um lado, um governo de concentração democrática, com a participação de todos os partidos que têm este caráter, e, ao mesmo tempo, uma estratégia comum da esquerda nos marcos da ampla unidade democrática.

V.O. - Quais são as perspectivas propostas pelo PCE às diferentes forças políticas e sociais?

M.A. - Em relação à UCD, o PCE anunciou uma atitude de oposição clara se ela pretende criar um governo monocolor. Não obstante, o PCE insiste em que a Espanha precisa hoje de uma política de concentração democrática, à base de um programa elaborado pelos principais partidos parlamentares. E de

um governo comprometido com o cumprimento do programa.

No que diz respeito ao PSOE, o PCE lhe propôs uma análise conjunta da situação do país, com vista à elaboração de uma estratégia da esquerda que responda aos principais problemas políticos, econômicos e sociais que têm hoje as massas operárias e populares, estratégia que permitiria à classe operária exercer uma influência considerável no contexto da ampla cooperação de todas as forças democráticas que é hoje imprescindível no quadro histórico espanhol.

V.O. - No Brasil, o problema da anistia de todos os condenados e exilados políticos está na ordem do dia. Você pode nos dizer como foi resolvido na Espanha, do ponto de vista político e do ponto de vista jurídico, o problema da anistia após o franquismo?

M.A. - O tema da anistia constituiu-se na reivindicação que obteve, na luta contra o franquismo, a mais ampla convergência de todo tipo de forças políticas, alcançando uma grande parte dos profissionais do Direito e chegando a penetrar no aparelho do Estado.

Quando, depois de morto Franco, o povo começou a conquistar zonas de liberdades, a exigência da anistia mobilizou grandes massas em ações combativas que se desenvolveram em todo o país. Esta pressão desembocou no fato de que, após as eleições de 15 de junho de 1977, o primeiro parlamento democrático decidiu por esmagadora maioria a anistia política e a anistia do trabalho (NDR: reintegração nos empregos, etc.).

As estruturas estatais sobreviventes do franquismo quiseram limitar seus efeitos, mas hoje se pode dizer que se trata de algo conquistado, fundamental. As duas armas decisivas que permitiram conquistar a anistia foram a amplitude da mobilização de massas e a convergência democrática para sua consecução.

Encontro PSUA-PCB

O Secretário-Geral do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha e Presidente do Conselho de Estado da República Democrática Alemã, Erich Honecker, recebeu no início deste mês uma delegação do CC do PCB, tendo a frente seu Secretário Geral, nosso camarada Luiz Carlos Prestes (foto ao lado). Do encontro, que decorreu numa atmosfera de plena concordância de opiniões entre ambos os partidos, participaram ainda Luis Nogueira, do CC do PCB, Hermann Axen e Friedel Trappen, da direção do PSUA.

Durante o encontro, o camarada Prestes informou sobre a situação política brasileira e as tarefas do PCB na atualidade. Destacou que, no ano passado, o movimento de massas contra o regime militar e contra a falta de direitos políticos e sociais para os trabalhadores entrou em ascensão considerável. Luiz Carlos Prestes disse ainda que aumentam as ações grevistas da classe operária, crescendo seu grau de organização e consciência, e que as forças de oposição ganham influência em todas as classes e camadas da sociedade brasileira, fato esse confirmado nas últimas eleições. Os comunistas — acrescentou — dirigem seus esforços para a criação de uma ampla aliança democrática de todos os adversários da ditadura militar, independentemente da ideologia e confissão religiosa de cada um. Lutam decididamente pelo restabelecimento da democracia, pela anistia geral e pelo respeito aos direitos humanos. Para realizar tais objetivos, propõem a convocação da Constituinte e a elaboração de uma Constituição para a renovação democrática do país.

Luiz Carlos Prestes agradeceu calorosamente a Erich Honecker a solidariedade do PSUA e do povo da RDA para com a luta cheia de sacrifícios dos comunistas brasileiros. Erich Honecker informou aos convidados brasileiros sobre o cumprimento das tarefas do PSUA resultantes do IX Pleno de seu CC, bem como sobre os planos relativos à comemoração do 30º aniversário de fundação da RDA.

Os dois dirigentes realizaram uma ampla troca de opiniões sobre a situação internacional, destacando como tarefa prioritária a obtenção da cessação da corrida armamentista. Ambos salientaram a urgência de passos adequados para pôr fim ao

terror brutal da reação na Á. Latina e condenaram veementemente a agressão crimínea dos dirigentes de Pequim contra o Vietnã socialista, iniciada com a aprovação e o apoio dos EUA.

Erich Honecker e Luiz Carlos Prestes consideram necessário fortalecer e consolidar as fileiras do movimento comunista internacional na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Concordaram ainda em continuar a aprofundar a cooperação entre os dois partidos: «O PSUA — disse o camarada Honecker — estará também no futuro, com sua firme solidariedade, ao lado do partido irmão brasileiro».



Agressão chinesa derrotada. Mas ameaça ao Vietnã persiste

Não era impossível prever o ato que ocorreu a escalada pró-Occidental e antisoviética dos dirigentes chineses, ou seja, a invasão do Vietnã pelo exército da China. Isto, porém, não atenua nem a brutalidade nem os efeitos da invasão. Ela foi chocante, como poucos acontecimentos na política internacional o foram durante os últimos anos, e as reações por ela despertadas mostraram, de modo inequívoco, a gravidade da situação criada pela China.

Ainda que seja difícil analisar de modo global todas as motivações e consequências da agressão perpetrada pela China contra o Vietnã, algumas conclusões se impõem desde já. Em primeiro lugar, tornou-se evidente que o esforço essencial da diplomacia chinesa é dirigido contra o campo socialista. A China vem buscando, por todos os meios ao seu alcance, desde os vultuosos acordos comerciais até as solicitações diplomáticas, atrair o conjunto do bloco Ocidental para uma aliança ofensiva contra o campo socialista. Os dirigentes chineses não hesitam sequer em gastar, na compra de armamentos sofisticados, somas muito altas e que nada trazem ao desenvolvimento econômico da China. Em segundo lugar, tornou-se igualmente claro que a China não pode tolerar a existência em suas fronteiras de um país independente, que escolheu o socialismo como forma de organização social e que não aceita a situação de zona de influência chinesa. O Vietnã lutou muito para chegar à situação de país independente e unificado. É patente que o governo vietnamita está disposto a estabelecer um *modus vivendi* pacífico com a China. Esta disposição dos dirigentes vietnamitas não foi, certamente, levada em conta pela China. O que importa aos dirigentes chineses é, sobretudo, destruir a independência de atitudes do Vietnã, independência que pode contrabalançar a influência chinesa na Ásia. Trata-se, para a China, de utilizar o Vietnã em sua estratégia antisoviética.

Para tanto, o governo chinês utilizou inúmeros recursos, a começar pelo Camboja, que se transformou, pela política de obediência cega de Pol Pot à estratégia chinesa, na ponta de lança da agressão armada ao Vietnã. Mas, como ocorre muitas vezes na História, o feitiço virou contra o feiticeiro: agredido pelo Camboja, que contava com a proteção chinesa, o Vietnã foi forçado a reagir e a apoiar a oposição interna ao regime cambojano, o que levou à queda de Pol Pot e a uma séria derrota da política chinesa. A China não vacilou então em utilizar o recurso supremo da intervenção militar aberta e partiu para a invasão do Vietnã.

Toda a fraseologia da propaganda chinesa não encobre a crueldade do ato. Trata-se, segundo os meios oficiais de Pequim, de uma «operação limitada», de «dar uma lição ao povo (sic) do Vietnã». Nem a operação foi limitada nem, menos ainda, a «lição» foi dada. A China não mostrou ser capaz de derrotar o Vietnã — ela mostrou unicamente que, graças a enorme desproporção de forças militares e depois de grandes esforços no terreno, pôde penetrar em território vietnamita e desalojar algumas unidades regulares

das posições que ocupavam, o que é muito diferente. Também no plano político e diplomático, não houve «lições», e evidentemente não seria a China que poderia dá-las ao Vietnã. O Vietnã mostrou o que é: um país independente, coeso e pronto a lutar pela sua integridade territorial e pela sua soberania nacional. A China mostrou ser hoje, efetivamente, aquilo que muitos já esperavam e denunciavam, mas que foi agora confirmado pelos fatos: uma potência agressiva, belicosa e que executa uma política contrária aos interesses da paz e da distensão no mundo.

O apoio diplomático internacional à ação chinesa foi nulo. Nenhum homem de Estado, nenhum dirigente político significativo aprovou a aventura militar iniciada pela China, mesmo nos países que fazem parte do campo imperialista. O Vietnã recebeu, ao contrário, a solidariedade do campo socialista, da União Soviética e de todas as forças progressistas, democráticas e ligadas à causa da paz mundial. Mas a derrota da aventura chinesa não é garantia de uma situação de estabilidade e nem de que novas agressões não sejam desencadeadas contra o Vietnã: só a solidariedade internacional poderá garantir isto e derrotar a política agressiva da China no contexto mundial.

P. Gonçalves

MOVIMENTO DA PAZ. O Conselho Mundial da Paz tomou a iniciativa de realizar em Helsinque, Finlândia, no início deste mês, uma Conferência Internacional de Emergência em Apelo ao Vietnã. Além de um apelo ao povo chinês para que desenvolva todos os esforços no sentido de fazer cessar a guerra em prol da paz na Ásia e no mundo, a Conferência aprovou um apelo geral em que se afirma que «o ataque armado contra o Vietnã constitui uma violação flagrante da Carta da ONU e dos princípios universalmente reconhecidos do direito internacional, que devem ser respeitados por todos».

«Trata-se — prossegue o apelo — de uma ameaça contra a distensão e a coexistência pacífica nas relações internacionais e de uma manifestação perigosa do espírito aventureiro dos dirigentes chineses, cuja política ameaça lançar a humanidade num desastre sem precedentes».

«Nós, representantes da opinião pública amante da paz de mais de 100 países e 30 organizações internacionais, fazemos um apelo às forças da paz para que aprofundem o vasto movimento de solidariedade ao Vietnã, instando as autoridades chinesas a cessar imediatamente sua agressão, e conclamamos à retirada incondicional de todas as suas tropas do Vietnã. A soberania e a integridade territorial do Vietnã e de todos os países do mundo devem ser respeitadas. Deve-se impedir que a guerra de agressão chinesa se estenda à República Popular Democrática do Laos e a outros países da região. Hoje, como no passado, nosso lema é: FORA DO VIETNÃ!».

Apelo ao povo brasileiro

O ataque militar da China à República Socialista do Vietnã está provocando uma justa onda de indignação e condenação dos povos de todo o mundo, que nele vêem um atentado à independência nacional recentemente alcançada pelo povo vietnamita, uma violação aberta das normas mais elementares de direito internacional e a criação de um novo foco de guerra que põe em perigo a paz mundial.

Trata-se de uma agressão premeditada, longamente preparada, e que foi anunciada com antecedência pelo vice-primeiro ministro Deng Chiaoping, por ocasião de sua visita aos Estados Unidos.

Essa atitude da China não causa surpresa e tem sua lógica. Os governantes de Pequim de há muito abandonaram os princípios marxistas-leninistas de convivência pacífica entre Estados e de solidariedade proletária com os países socialistas, e põem em prática, nas relações internacionais, uma política chovinista de grande potência.

Em consequência, seus ataques se dirigem contra a União Soviética e outros países socialistas, como o Vietnã, e seus aliados passaram a ser os países imperialistas, em primeiro lugar os Estados Unidos. Está na lembrança de todos a recente proposta chinesa de formação de um «eixo» Washington-Pequim-Tóquio para lutar contra a União Soviética.

Os povos não estão diante de um simples conflito fronteiriço, mas de uma agressão premeditada, que é parte de um plano mais amplo que visa a fazer voltar o Vietnã à condição de colônia ou semicolônia, a torpedear a distensão internacional e a criar condições para um confronto militar de escala mundial do bloco imperialista e seu novo aliado, a China, contra os países socialistas.

O Partido Comunista Brasileiro condena veementemente a atitude do governo chinês e manifesta sua inteira solidariedade à luta que o povo vietnamita sustenta em defesa de sua independência e da paz.

Apelamos para a classe operária, os camponeses, os estudantes, artistas e intelectuais, os religiosos, as personalidades da vida política e social — todos os democratas e partidários da distensão internacional e da paz — para que manifestem, individualmente e por intermédio de suas organizações e instituições representativas, sua condenação à agressão chinesa e sua solidariedade ao povo vietnamita, exigindo a retirada imediata das tropas agressoras.

Fevereiro de 1979

A Comissão Executiva do
Comitê Central do
Partido Comunista Brasileiro

Obs.: As manifestações de protesto contra a agressão chinesa podem ser dirigidas à embaixada da República Popular da China, em Brasília, como também aos parlamentares e ao Congresso Nacional.

Cidade, campo e interesse nacional contra política econômica da ditadura

Ao terminar a gestão Geisel e iniciar-se a de Figueiredo, pode-se constatar que a situação econômica do país é bastante delicada. Não só a inflação atingiu níveis muito elevados (o índice acumulado dos 12 meses até fevereiro de 79 chegou a 42,7%, segundo as estatísticas oficiais), como o endividamento externo continuou crescendo em ritmo exponencial, com a dívida bruta alcançando 43 bilhões de dólares em fins de 1978.

A persistência e o agravamento do fenômeno inflacionário são um dos exemplos mais cristalinos do fracasso e do caráter antipopular das políticas econômicas adotadas pelos tecnocratas da ditadura, baseadas no desconhecimento sistemático e deliberado dos bloqueios e incompatibilidades estruturais que vêm se acumulando no processo de crescimento econômico capitalista do país. Tal situação vê-se agravada pelos desvios das políticas de gastos públicos e de incentivos creditícios e fiscais, que se transformaram num veículo adicional de perpetuação e propagação da inflação.

IMPORTÂNCIA DA LUTA SALARIAL

O aguçamento do processo inflacionário e o caráter das medidas que vêm sendo adotadas para sua contenção (e tudo parece indicar que agora se fará apelo à recessão econômica, como última tentativa) tornam ainda mais precárias as condições de vida de amplos setores da população brasileira. Tal situação vem se refletindo no agravamento das tensões sociais, que — no contexto do revigoramento das forças democráticas — desembocam em múltiplos movimentos de reivindicações salariais e, em muitos casos, em greves maciças. Como resultado, vão se consolidando os mecanismos de negociação direta entre trabalhadores e empresários (superando, assim, os limites impostos pela ditadura), e, na prática, a repressiva legislativa antigreve vai sendo ultrapassada.

Desta forma, e mais do que nunca, a luta dos trabalhadores é um dos elementos básicos para a derrota das atuais políticas econômicas e para o isolamento ainda maior da ditadura. Em função disso, assume redobrada importância o trabalho junto à classe trabalhadora das cidades e do campo. É claro que a luta e a plataforma de reivindicações das classes trabalhadoras não devem nunca ser desligadas de uma análise política mais geral, que tenha presente a correlação de forças na sociedade e que vise sempre à manutenção e à ampliação da unidade do conjunto das forças democráticas.

DÍVIDA EXTERNA, ESPELHO DA DEPENDÊNCIA

No que se refere ao endividamento externo, ele reflete um dos traços essenciais do modelo econômico seguido durante os 15 anos de ditadura — a crescente dependência aos grandes centros mundiais do capitalismo. Sem subestimar o grave risco econômico que representa tão alta dívida externa (a relação dívida externa líquida/exportações passou de 1,5, em 1974, a 2,5, em 1978, sendo este o nível mais alto atingido desde 1960), é preciso levar em conta que também o aspecto político do problema assume especial relevância.

Até o momento, os grandes centros financeiros do capitalismo vêm tendo (em graus diversos, é verdade) suas reivindicações fundamentais atendidas pela ditadura. Basta lembrar a escandalosa compra da Light e a intimidade subserviente do primeiro escão da tecnocracia e do próprio Geisel com o multimilionário norte-americano Ludwig (o dono do Jari), o mais legítimo representante desta nova casta que vai surgindo nas áreas de expansão da fronteira agrícola — o «coronel» multinacional.

O rompimento desta política de «risco calculado» em matéria de endividamento externo (só possível graças à mencionada confiança que a ditadura proporciona à finança internacional) é, assim, uma das tarefas prioritárias do conjunto das forças democráticas. Torna-se necessário acentuar a mobilização popular na luta pela soberania e autonomia do país e de suas decisões econômicas. Neste sentido, os comunistas manifestam-se contra o fim da Lei do Similar Nacional, que protege certos produtos brasileiros contra os importados.

É verdade que tal ação deve estar sempre inserida no contexto mais amplo da luta pelas liberdades democráticas. Mas isto não deve levar à subestimação de sua importância, a partir de uma visão obliqua e fatalista das características históricas do capitalismo associado dependente.

ORGANIZAR OS QUE TRABALHAM NO CAMPO

Atenção especial merece o problema agrário, apresentado como área prioritária nas lamentáveis diretrizes de governo do general Figueiredo. Tudo parece indicar que o novo governo da ditadura pretende transformar o setor agrícola no novo pólo

dinâmico do processo de crescimento selvagem do capitalismo brasileiro, prevendo para tanto uma acelerada associação ao capital multinacional e aos monopólios internos (e com a possível criação de sofisticados mecanismos financeiros para o setor), tudo segundo os já conhecidos cânones do Sr. Deilim Neto.

Dai a necessidade do aprofundamento dos estudos sobre o problema agrário e, ao mesmo tempo, de agilizar a atuação das forças democráticas em relação a problemas como: organização dos trabalhadores volantes em sindicatos; organização dos posseiros e pequenos proprietários em cooperativas de produção; luta contra a política de privilégio aos incentivos e créditos subsidiados para os grandes produtores e para a produção destinada à exportação (com o conseqüente abandono da produção de bens de primeira necessidade); luta pela Reforma Agrária, elemento básico para romper o poder econômico e político dos grandes proprietários rurais.

Edmundo Cerejo

Mulheres comemoram o 8 de Março

A cada 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, os movimentos femininos brasileiros dão mais um passo para aumentar sua unidade. Ano passado, aprovaram uma plataforma unitária. Este ano, realizaram um Encontro Nacional, que discutiu a situação da mulher em nosso país e o movimento feminino brasileiro. Na preparação do Encontro, que se realizou em meio a importantes lutas de mulheres, foi realizado o 1º Congresso da Mulher Paulista. Um de seus resultados foi a criação do jornal *Maria Brasileira*.

DELEGAÇÃO DO PCB NA ITÁLIA. A convite do Comitê Central do Partido Comunista Italiano, uma delegação organizada pela Seção Feminina do PCB percorreu a Itália em janeiro último, sendo recebida pelas Federações Comunistas de Roma, Milão, Bolonha, Nápoles e Imola. A delegação, conduzida pela companheira do CC que responde pelo trabalho feminino de nosso partido, realizou em Roma um encontro com a Seção Feminina do CC do PCI de que participaram sua responsável, a camarada Seroni (deputada, membro da Direção do CC do PCI), e as camaradas Braçeirosi, Fioretta, Abatte e Perelli. Ainda em Roma, a delegação de mulheres do PCB foi recebida pelas camaradas Rubbi e Vetrano, da Seção de Relações Internacionais do PCI, e pela Seção de Relações Exteriores da central sindical CGIL.

Nas cinco cidades visitadas e nos múltiplos contatos realizados, nossas camaradas puderam informar sobre as condições de vida da mulher brasileira, o movimento feminino em nosso país, a importância da solidariedade internacional às mulheres brasileiras, sobre a situação política nacional e a situação de nosso partido.